



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da UniuV para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 21 de maio de 2012.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

1. Assinale a alternativa correta, de acordo com o enunciado abaixo.

A Constituição Federal estabelece entre os Direitos Fundamentais:

- A () A autodeterminação dos povos.
- B () O desenvolvimento nacional.
- C () A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
- D () O acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
- E () O pluralismo político.

2. É correto afirmar, com base no disposto na Constituição Federal, quanto aos Direitos e Garantias individuais e coletivos:

- A () É livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- B () É assegurada a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, a ser realizada por capelão militar da Igreja Católica.
- C () As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- D () Homens, mulheres são desiguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.
- E () Ninguém, salvo mediante o devido processo legal, será submetido a tratamento degradante.

3. Assinale a alternativa incorreta, quanto aos Direitos Sociais constitucionalmente estabelecidos:

- A () A Constituição Federal garante a assistência aos desamparados.
- B () A Constituição Federal garante a todos os trabalhadores a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e a participação na gestão da empresa.
- C () A Constituição Federal garante a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- D () A Constituição Federal garante a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- E () A Constituição Federal garante a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

4. De acordo com a Constituição Federal, é cargo privativo de brasileiro nato, salvo:

- A () O de Presidente da Câmara dos Deputados;
- B () O de oficial das Forças Armadas;
- C () Os de Presidente e Vice-Presidente da República;
- D () O de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- E () O de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

5. Assinale a alternativa correta quanto à elegibilidade, conforme disposto na Constituição Federal:
- A () As condições de elegibilidade são: o alistamento eleitoral, a nacionalidade brasileira, e o alistamento eleitoral.
 - B () A idade mínima para candidatar-se a Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal é de trinta anos.
 - C () Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos, 100 (cem) dias antes do pleito.
 - D () São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
 - E () Todo militar alistável é elegível.
6. Assinale a alternativa incorreta quanto aos partidos políticos, conforme estabelecido na Constituição Federal:
- A () Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
 - B () Os partidos políticos estão obrigados à prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça e à Justiça Eleitoral.
 - C () É proibido aos Partidos Políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
 - D () Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
 - E () A criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos devem respeitar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana.
7. É correto afirmar quanto ao processo legislativo, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal:
- A () A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - B () A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
 - C () O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
 - D () O veto parcial do Presidente da República pode abranger texto integral de artigo ou parágrafo, ou limitar-se a determinadas expressões contidas no texto.
 - E () As leis delegadas serão elaboradas pela assessoria jurídica do Presidente da República, que providenciará a ordem de delegação ao Congresso Nacional.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

8. É incorreto afirmar quanto aos Tribunais de Contas, nos termos da Constituição Federal:

- A () Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos: um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal e dois terços pelo Congresso Nacional.
- B () Dois membros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- C () Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- D () As Constituições estaduais devem dispor sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por até onze Conselheiros.
- E () É um dos requisitos para ser Ministro do Tribunal de Contas da União, ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

9. Indique a alternativa correta quanto às emendas à Constituição Federal:

- A () A Constituição veda a deliberação das propostas de emendas nos seguintes casos: quando tratem da separação dos Poderes ou do sufrágio universal.
- B () A Constituição poderá ser emendada, entre outras hipóteses, mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- C () A proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- D () A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
- E () O Presidente e o Vice-Presidente da República estão entre os legitimados à propositura de emenda à Constituição Federal.

10. Assinale a alternativa incorreta sobre o Conselho de Defesa Nacional:

- A () São membros natos, entre outros: o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Ministro do Planejamento.
- B () Entre as suas competências está: estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- C () Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Ministro da Justiça e o Presidente do Supremo Tribunal Federal integram o Conselho de Defesa Nacional, como membros natos.
- D () O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático.
- E () Entre as suas competências está: propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente, na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

11. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei de Licitações:

- A () A lei abrange somente as seguintes atividades: obras, serviços, inclusive de publicidade, compras e locações.
- B () Estão subordinadas à Lei de Licitações as seguintes entidades: os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, os institutos e as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas indiretamente pela União, Estados e Municípios.
- C () Para os fins da Lei de Licitações, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- D () Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: (1) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (2) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (3) produzidos no País.
- E () A licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público, os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

12. Marque a alternativa incorreta quanto às definições de termos próprios da Lei de Licitações:

- A () Seguro-Garantia - o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos.
- B () Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- C () Tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com fornecimento de materiais.
- D () Comissão - comissão permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.
- E () Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente.

13. É correto afirmar, com base na Lei de Licitações, que poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- A () O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- B () Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- C () Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo.
- D () Empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- E () O autor do projeto, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

14. Assinale a alternativa incorreta, sobre Compras, conforme o estabelecido na Lei de Licitações:
- A () Sempre que possível as compras devem ser feitas com a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento.
 - B () As compras devem, sempre que possível, ser processadas através de sistema de registro de preços.
 - C () As compras devem, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado.
 - D () Sempre que possível, as compras devem submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
 - E () As compras, sempre que possível, devem atender ao princípio da padronização.
15. É correto afirmar sobre as modalidades, limites e dispensa de licitação, conforme a Lei de Licitações:
- A () Em caso de Concurso e Concorrência, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de 35 (trinta e cinco) dias.
 - B () Quando se tratar de Convite, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de 7 (sete) dias úteis.
 - C () Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
 - D () Os avisos contendo os resumos dos editais das licitações, embora realizados no local da repartição interessada, sempre serão publicados, nos Diários Oficiais da União, dos Estados e jornais de grande circulação dos Municípios.
 - E () Concurso é a modalidade de licitação voltada à escolha de quem realize trabalho técnico, científico ou artístico, conforme critérios constantes de edital a ser publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
16. É correto afirmar, de acordo com a Lei de Improbidade:
- A () A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à prévia apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a qual terá validade por dois anos.
 - B () A pena prevista para o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, é a pena de multa com ou sem agravantes.
 - C () Constatada a improbidade administrativa, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com a sentença declaratória.
 - D () Para apurar qualquer ilícito previsto na Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.
 - E () Negar publicidade aos atos oficiais, não prestar contas e revelar fato ou circunstância e que deva permanecer em segredo; são atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

17. Importam em enriquecimento ilícito, de acordo com a Lei de Improbidade, todas as ações abaixo, exceto:
- A () Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal, por preço inferior ao valor de mercado.
 - B () Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
 - C () Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares, ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
 - D () Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
 - E () Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
18. É incorreto afirmar, de acordo com o disposto na Constituição Federal:
- A () Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - B () O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
 - C () Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
 - D () Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
 - E () O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
19. Assinale a alternativa correta quanto aos atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública:
- A () Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de isenção, economicidade e oportunidade.
 - B () Deixar de prestar contas, em quaisquer condições, é uma das hipóteses legais que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 - C () Um dos casos de atentado aos princípios da administração pública é justamente: evitar que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
 - D () Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência é um ato atentatório aos princípios da Administração Pública.
 - E () Agir no sentido de frustrar a licitude de concurso público constitui ato de Improbidade Administrativa que importa em Enriquecimento Ilícito.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

20. Quanto ao procedimento administrativo e ao processo judicial para apuração do ato de Improbidade Administrativa, é incorreto afirmar que:
- A () O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderão, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
 - B () A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da União.
 - C () A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
 - D () Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
 - E () Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
21. É correto afirmar, quanto aos Municípios, conforme o disposto na Constituição Federal:
- A () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias.
 - B () A lei orgânica do Município deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - C () A Constituição determina que a eleição do Prefeito e dos Vereadores, será para mandato de quatro anos, mediante pleito direto a ser realizado no mesmo final de semana em todos os municípios de cada ente da Federação.
 - D () O subsídio dos Vereadores será fixado pelo Poder Executivo municipal para a subseqüente legislatura.
 - E () Em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
22. Quanto às despesas do Legislativo municipal é incorreto afirmar, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal:
- A () A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - B () Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse legal de recursos ao Legislativo, até o dia vinte de cada mês.
 - C () Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal enviar o repasse legal de recursos ao Legislativo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
 - D () O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, para o qual a Constituição Federal fixa percentuais de receita e transferências a serem repassados pelo Poder Executivo, inclui os subsídios dos Vereadores e os gastos com inativos.
 - E () Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal efetuar repasse ao Legislativo que supere os limites definidos pela Constituição Federal.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

23. Sobre a competência dos Municípios, é correto afirmar que é de sua competência, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal:
- A () Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, da distribuição e da finalidade do solo urbano e circunvizinhanças.
 - B () Criar, organizar e suprimir circunscrições, observada a legislação estadual.
 - C () Complementar a legislação estadual, desde que na mesma legislatura.
 - D () Manter, por meio da cooperação técnica e mediante o financiamento da União, seus programas de educação infantil e de ensino fundamental.
 - E () Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
24. É correto afirmar, quanto à Administração Pública, de acordo com o disposto na Constituição Federal:
- A () Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - B () O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - C () Aos servidores públicos, dado a sua natureza, não é garantido o direito de greve.
 - D () Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
 - E () Lei federal poderá reservar percentual dos cargos e funções públicas para as pessoas portadoras de deficiência e definir os critérios de sua admissão.
25. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições abaixo, exceto:
- A () Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - B () Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
 - C () Submete-se, para efeito de aposentadoria, aos controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades.
 - D () Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - E () Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
26. Assinale a alternativa correta quanto aos Deputados e Senadores, de acordo com a Constituição Federal:
- A () Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - B () Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
 - C () Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, ciente, a Casa respectiva, pelo voto de um terço de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
 - D () É vedada a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores.
 - E () Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos.
-



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

27. É correto afirmar quanto ao Poder Judiciário, nos termos da Constituição Federal:
- A () Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e fiscal.
 - B () Ao Supremo Tribunal Federal compete propor ao Poder Legislativo respectivo a alteração do número de seus membros e dos membros dos tribunais inferiores.
 - C () Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - D () Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
 - E () Os juízes gozam, entre outras, da garantia de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos a partir da data do respectivo concurso público.
28. É incorreto afirmar quanto ao Sistema Tributário Nacional:
- A () Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
 - B () A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.
 - C () É de competência comum da União, Estados e Municípios, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
 - D () A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
 - E () Cabe à lei complementar, entre outras competências, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
29. É correto afirmar quanto às limitações ao poder de tributar, de acordo com a Constituição Federal:
- A () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer quaisquer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
 - B () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - C () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos ou contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
 - D () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios solicitar ou aumentar tributo sem a devida regulamentação.
 - E () É vedado à União, aos Estados e Territórios utilizar tributo com efeito de confisco.
30. É correto afirmar, quanto aos tributos da União:
- A () O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
 - B () Compete à União, instituir Impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários.
 - C () O Imposto sobre a propriedade territorial rural será não cumulativo.
 - D () O Imposto sobre Produtos Industrializados será progressivo, operando-se, no entanto, a compensação entre o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
 - E () Compete à União instituir impostos sobre grandes fortunas, conforme a lei ordinária de iniciativa do Presidente da República.
-



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

31. Assinale a alternativa incorreta sobre a ação direta de inconstitucionalidade, conforme o disposto na Constituição Federal:

- A () É competência do Supremo Tribunal Federal processá-la e julgá-la, originariamente.
- B () As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em tais ações, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- C () Pode ser proposta pelo Presidente da República e pela Mesa do Senado Federal, entre outros legitimados.
- D () O Procurador-Geral da República poderá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, mas deverá obrigatoriamente manifestar-se durante o processo como curador do interesse público.
- E () Pode ser proposta, entre outros, por partido político com representação no Congresso Nacional e a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

32. É correto afirmar quanto ao Mandado de Segurança:

- A () Estão sujeitos a mandado de segurança os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- B () Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, o mandado deverá ser requerido pela pessoa mais idosa.
- C () Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado e da qual emane a ordem para a sua prática.
- D () O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- E () Os efeitos da medida liminar persistirão até a prolação da sentença.

33. Assinale a alternativa correta quanto ao Mandado de Segurança Coletivo:

- A () Pode ser impetrado por partido político com representação de no mínimo 5 (cinco) integrantes, no Congresso Nacional.
- B () Pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade dos seus membros ou associados, mediante autorização especial.
- C () A sentença proferida em Mandado de Segurança Coletivo fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- D () A liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- E () Protege direitos coletivos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular um indivíduo ou categoria de pessoas ligadas entre si por uma relação jurídica básica.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

34. Assinale a alternativa incorreta quanto à Dívida Ativa da Fazenda Pública:

- A () A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei 6.830/80 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.
- B () A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- C () A Dívida Ativa goza sempre da presunção de certeza e liquidez.
- D () Entre outros, a execução fiscal poderá ser promovida contra o devedor, o fiador e contra os sucessores a qualquer título.
- E () Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

35. Assinale a alternativa correta quanto ao disposto no Estatuto do Idoso:

- A () É destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- B () Ao idoso é garantido por lei o recebimento da restituição do Imposto de Renda, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da consolidação dos dados anuais pela Receita Federal.
- C () De acordo com a lei, os Estados e Municípios são diretamente responsáveis pela política, em favor do Idoso, portanto é nessas instâncias que se torna obrigatória a constituição de Conselhos do Idoso.
- D () Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação ao Estatuto do Idoso, desde que o tenha testemunhado.
- E () O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.

36. É incorreto afirmar, quanto aos direitos das crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A () Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- B () As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas ao Conselho Tutelar, que providenciará o registro do processo e o acolhimento da criança em instituição adequada.
- C () Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- D () A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei.
- E () A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

37. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional:
- A () A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho ou à prática social.
 - B () Oferecer o ensino fundamental, livre e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, é o objetivo do ensino público.
 - C () É dever estatal garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança, a partir do dia em que completar 6 (seis) anos de idade.
 - D () Compete à União e aos Estados, em regime de colaboração, recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e aos Municípios, subsidiariamente, recensear os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso.
 - E () Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.
38. É incorreto afirmar quanto aos Crimes contra a Honra, conforme o Código Penal:
- A () É causa de aumento da pena dos Crimes contra a Honra, o fato do crime ter sido cometido contra funcionário público, em razão de suas funções.
 - B () Não constitui injúria ou difamação punível o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.
 - C () É causa de aumento da pena dos Crimes contra a Honra, o fato do crime ter sido cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.
 - D () No crime de difamação a exceção da verdade não se admite, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - E () Não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
39. É correto afirmar que constituem Crimes contra Serviços Públicos, de acordo com o disposto no Código Penal, salvo:
- A () Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea.
 - B () Arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público, por terra, por água ou pelo ar.
 - C () Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública.
 - D () Infringir determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.
 - E () Transmitir falso aviso acerca do movimento dos veículos ou interrompendo ou embaraçando o funcionamento de telégrafo, telefone ou radiotelegrafia.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA/PR**

40. É correto afirmar sobre a Falsidade Documental, de acordo com o disposto no Código Penal:

- A () No crime de Falsificação do selo ou sinal público se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de um terço à metade.
- B () Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante constitui Crime de Falsidade documental.
- C () Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja constitui Crime de Falsidade ideológica.
- D () Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem constitui Crime de Falsidade material de atestado ou certidão.
- E () Reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça constitui mera Contravenção Penal.